



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

## DECISÃO DA PREGOEIRA QUANTO AOS RECURSOS E CONTRARRAZÕES

Trata-se de Processo Administrativo de Licitação nº 110/2021, na modalidade de Pregão Presencial nº 048/2021, tendo como objeto *“Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos em atendimento ao Município de Rio Vermelho/MG.”*

Insurge-se as recorrentes contra decisão proferida na Sessão Abertura e Julgamento, ocorrida em 04 de novembro de 2021, na qual a pregoeira, ao analisar a documentação acostada pelas licitantes vencedoras, habilitou as licitantes **3S SOLUÇÕES MÉDICAS S.A** e a empresa **CUIDAR CLIN LTDA**.

Desta feita, a empresa CUIDAR CLIN LTDA manifestou tempestivamente sua intenção de interpor recurso, e apresentou suas razões recursais a tempo e modo, alegando, em suma:

- que a licitante 3S SOLUÇÕES MÉDICAS deixou de observar que os **ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA** ora apresentado pela referida empresa estão em desacordo com o item 7.2.4.2 que foram apresentados faltando dados essenciais para verificação da legitimidade dos atestados em questão, conforme orientação normativa de nº 06, de 24 de setembro de 2018, como:

- a) Número do processo administrativo que deu origem a contratação;
- b) Modalidade da licitação utilizada;
- c) Número do correspondente certame licitatório ou da disputa por inexigibilidade de licitação;
- d) O relato fiscal do contrato sobre o comportamento e a atuação da contratada ao longo da execução do contrato, declarando que a prestação do serviço ou entrega do bem foi realizada de forma satisfatória;

☆ :

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

*e) Ausência de notas fiscais que comprove a prestação de serviço a órgãos públicos ou privados;*

- Solicita que a CPL avalie a empresa em questão, solicitando que a mesma comprove através de NOTAS FISCAIS ou contratos referentes aos serviços prestados aos órgãos que ora emitiu os atestados de capacidade técnica em favor da 3S Soluções Médicas;*
- Requer que seja julgado provido o recurso, com efeito para que, reconhecendo-se a falha ocorrida.*

A empresa 3S SOLUÇÕES MÉDICAS S/A também manifestou tempestivamente sua intenção de interpor recurso, e apresentou suas razões recursais a tempo e modo, alegando, em suma:

- Que a proposta comercial da empresa CUIDAR CLIN LTDA-ME foi apresentada em desacordo com os preceitos dos itens 6.1.1, 6.1.1.1 e 6.1.2 do edital, ao deixar de apresentar a proposta em papel timbrado próprio apresentando com o timbre da Prefeitura de Rio Vermelho, o que deveria ter acarretado a sua desclassificação;*
- Que a CUIDAR CLIN LTDA ME deixou de apresentar o documento de habilitação fiscal previsto no item 7.2.2.2 do edital, consistente na prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, o que deveria ter sido exigido, no prazo e forma legais, sob pena de inabilitação por violação aos Art. 3 e 29, II da Lei 8.666/93;*
- Que a CUIDAR CLIN LTDA ME deveria ter sido inabilitada por apresentar certidão negativa de débitos federais vencida e não apresentar comprovante de inscrição regular no cadastro de contribuintes municipais de sua sede (requisitos exigidos pelos itens 7.2.2.2 e 7.2.2.3 do edital e art. 39, II e III, da Lei 8.666/93, uma vez que em virtude de seu sócio-administrador, João Paulo II de Souza,*

*Deuys*

*Deuys*

*A*





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

*integrar GRUPO ECONÔMICO composto por 03 (três) empresas, cujo rendimento extrapola os limites legais previstos na LC 123/06, razão pela qual deveria ter sido imediatamente inabilitada.*

A empresa CUIDAR CLIN LTDA - ME apresentou contrarrazões, e alegou:

**Quanto à falta de apresentação do documento de habilitação fiscal previsto no item 7.2.2.2 do Edital:**

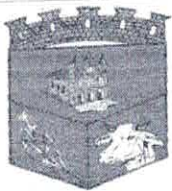
- que a apresentação do documento é exigida SE HOUVER e NÃO HÁ, a exigência não se aplica, não havendo que se falar em descumprimento de previsão editalícia por parte da contrarrazoante; que é inexigível a apresentação de certidão de quitação fiscal pela licitante;

**Quanto à necessidade de papel timbrado na proposta da empresa:**

- que não há no edital qualquer orientação quanto ao formato do papel, de que ele tenha que ter sido desenvolvido por profissional ou impresso em gráfica, a verdade é que o papel timbrado mencionado nos termos do edital é a mera exigência da identificação inequívoca da licitante em sua proposta, o que é suprido pelo carimbro/assinatura aposto no documentos de forma incontroversa, de modo que o cumprimento do requisito de identificação foi devidamente cumprido pela contrarrazoante;

**De enquadramento da empresa nos requisitos para ser beneficiada pela LC 123/2006:**

- que a empresa é pequena e possui faturamento mínimo, conforme relatório de faturamento relativo ao exercício anterior, anexo às contrarrazões, bem como demais documentos de habilitação já apresentados em momento oportuno;



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

Em sua contrarrazão, a empresa 3S SOLUÇÕES MÉDICAS S/A assim alegou:

**Quanto à falta de informações no atestado de capacidade Técnica:**

- que os atestados apresentados nos autos do processo licitatório pela 3S estão em plena conformidade com os ditames do instrumento convocatório e da legislação;

- que os atestados apresentados possuem informações suficientes para demonstrar a capacitação técnico-profissional da empresa licitante, sendo qualquer outra exigência absolutamente ilegal.

Ao final, requer que seja mantida a decisão que a habilitou.

É o relatório. Passo a decidir.

**FUNDAMENTOS**

A Licitação o procedimento administrativo formal no qual, a Administração Pública convoca, mediante condições estabelecidas em ato próprio, empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços. A licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, de maneira a assegurar oportunidade igual a todos os interessados e possibilitar o comparecimento ao certame do maior número possível de concorrentes.

Por esta razão, o procedimento licitatório deve ter julgamento objetivo das propostas, guardado assim, para garantia da objetividade do certame, observância e submissão ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Tal princípio encontra expressa previsão no artigo 3º Lei 8.666/93:





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
n°.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, n° 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.


*Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.*



Pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, que deve reger todo e qualquer processo administrativo de licitação, impõe a administração pública estrita observância das regras previstas no edital tanto no ato de julgamento das propostas quanto a classificação das mesmas e ainda a respeito dos critérios de habilitação e inabilitação dos licitantes. A não observância das regras previamente fixadas acarreta a invalidade do processo. Como bem observa José dos Santos Carvalho Filho, em seu *Manual de Direito Administrativo*:

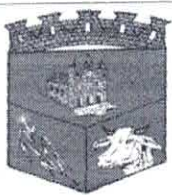
*“Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documentação ou fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve-se dar a desclassificação das licitantes” (CARVALHO FILHO, 2011, p.227)*

O princípio de vinculação ao instrumento convocatório, está descrito no artigo 41 da referida legislação, o qual determina:

*“Art. 41 A Administração não pode descumprir as normas e condições não pode descumprir normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”*

 Pelo teor do artigo 41, da Lei n.º 8.666/93, o edital é a lei interna da Licitação e, como tal, vincula os atos dos licitantes bem como da Administração que o expediu. Tal vinculação ao edital é princípio básico de toda Licitação o que implica que as



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

regras do certame, durante todo o procedimento são inalteráveis não se comportando alterações ou inovações de qualquer espécie.

**1.1 DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA CUIDAR CLIN LTDA:**

Verifica-se que o Edital de convocação trouxe no Item 7 o rol de documentos necessários à habilitação dos eventuais concorrentes no certame. Deste modo, o subitem 7.2.4.2 assim dispôs:

*7.2.4.2. Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão da licitante para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação.*

O atestado de capacidade técnica é um documento imprescindível para demonstrar que a empresa licitante possui experiência (qualificação técnica) para executar o objeto da licitação. Ainda que outros documentos além do atestado de capacidade técnica sirvam para comprovar com maior veracidade a qualificação técnica da empresa, a Lei nº 8.666/93 não prevê a exigência de notas fiscais como requisito para evidenciar a capacidade do licitante. Acerca desse assunto, assim manifestou o Tribunal de Contas da União:

*‘É indevida a exigência de que atestados de qualificação técnica sejam acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais, visto não estarem estes últimos documentos entre os relacionados no rol exaustivo do art. 30 da Lei 8.666/1993’ - Acórdão 944/2013-Plenário.*

Cumpramos ressaltar que o Atestado de Capacidade Técnica evidencia que o licitante já forneceu serviço/produto igual/similar para outra entidade pública/privada. Portanto, “garante” ao Poder Público a contratação de uma empresa com capacidade técnica, evitando a seleção de “aventureiros”. Tais informações estão expressas no documento apresentado pela empresa 3S SOLUÇÕES MÉDICAS e foram consideradas suficientes para decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio em considerar





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

que o mesmo atenda ao exigido no Instrumento Convocatório. **Pelo motivos expostos, nego provimento ao recurso apresentado pela empresa CUIDAR CLIN LTDA.**

**1.2. DO RECURSO APRESENTADO PELA EMPRESA 3S SOLUÇÕES MÉDICAS S/A:**

**1.2.1 Da proposta não ser apresentada em papel timbrado da empresa:**

Verifica-se que o Edital assim exigiu a apresentação da proposta:

**VI – DA PROPOSTA COMERCIAL**

(...)

**6.1.1.** A proposta deverá ser digitada utilizando-se a **PLANILHA ELETRÔNICA GERADA PELO SISTEMA DE COMPRAS HLH2**, e quando da abertura da sessão, na fase de recebimento das propostas, a licitante deverá apresentar a planilha preenchida com as mesmas informações indicadas na proposta impressa.

**6.1.1.1.** O desatendimento à cláusula 6.1.1, poderá ensejar em desclassificação do licitante, salvo se apresentada justificativa aceita pela pregoeira e equipe de apoio.

**6.1.2.** A empresa deverá apresentar a proposta impressa em papel timbrado da Empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, suas folhas devem estar rubricadas e a última assinada pelo seu representante legal, nome do proponente, número do CNPJ da Empresa, endereço. Deverão constar a proposta:

**a)** Especificação dos serviços, conforme descrições dos objetos contidos no Termo de Referência - Anexo I;

**b)** Preço unitário e total, em moeda nacional;

Como critério de desclassificação da proposta, o Instrumento Convocatório assim traz o seguinte:

*Okays*

*A . .*



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

**8.3. Analisadas as propostas serão desclassificadas as que:**

a) *Forem elaboradas em desacordo com os termos deste edital;*

b) *Apresentarem valores excessivos ou manifestadamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrados sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado;*

b.1) *Não comprovando sua viabilidade, serão considerados preços inexequíveis e a licitante terá sua proposta desclassificada;*

c) *Apresentarem valores unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero;*

d) *Apresentam proposta alternativa.*

e) *Apresentarem preços baseados em cotações de outro licitante Lei 8666/93, art. 40, VII c/c art 44, §2º.*

No caso em tela, a empresa 3S SOLUÇÕES MÉDICAS S/A alega que a empresa CUIDAR CLIN LTDA descumpriu o solicitado no Edital nos itens 6.1.1 e 6.1.2 pelo fato de não apresentar proposta em papel timbrado da empresa.

A aplicação de formalismo exacerbado não se pode sucumbir ao excesso de preciosismo, mediante a limitação de competitividade, no presente caso ocasionara a contratação de valores menos vantajosos. Dizer que a não identificação da proposta por timbre a torna a mesma nula, é contrariar os princípios basilares da Administração pública, bem como o da seleção da proposta mais vantajosa. Assim, agiu a Pregoeira observando os princípios norteadores da licitação buscando sempre ampliar a competição.

Sobre o assunto, assim manifestou o TCU:

TCU - DC-0681-33/00-P; Decisão 681/2000 – Plenário  
Processo: 012.653/1999-3; Walton Alencar Rodrigues  
Ministro-Relator

(...)





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

8. No tocante à ausência da informação sobre a razão social, exigida no subitem 4.1.1 do Edital, constata-se, de fato, excessivo formalismo, vez que a proposta foi apresentada em papel timbrado onde constava a razão social da proponente, fato que, aparentemente, a levou a considerar desnecessária a informação solicitada. Ademais, ainda que houvesse a omissão completa da informação, há que se considerar que essa lacuna em nada prejudicaria a clareza e a certeza da proposta, não ensejando repercussão na efetivação do contrato... Entre os vários princípios que orientam o procedimento licitatório, destaco os do procedimento formal, do julgamento objetivo e o da vinculação ao edital, por terem relação direta com as questões tratadas nesta Representação. Segundo Hely Lopes Meireles (in Direito Administrativo Brasileiro, 22ª edição, Malheiros Editores), o princípio do procedimento formal "é o que impõe a vinculação da licitação às prescrições legais que a regem em todos os seus atos e fases. Essas prescrições decorrem não só da lei mas, também, do regulamento, do caderno de obrigações e até do próprio edital ou convite, que complementa as normas superiores, tendo em vista a licitação a que se refere (Lei 8.666/93, art. 4º). "Ressalva, no entanto, aquele administrativista, que "o procedimento formal não se confunde com 'formalismo', que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes."

Portanto, considerando que o simples fato da proposta apresentada pela empresa não constar o timbre da mesma, consideramos que tal fato é irrelevante e não causou prejuízos aos licitantes e em respeito ao princípio da competitividade, não



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

**vislumbro motivos para desclassificação da proposta da empresa CUIDAR CLIN LTDA.**

**1.2.2. Da invalidação dos benefícios da Lei Complementar 123/06.**

A empresa 3S SOLUÇÕES S/A alega que a empresa CUIDAR CLIN LTDA não poderia se beneficiar da LC 123/06 uma vez que trata-se de um grupo econômico com faturamento anual acima do estipulado pela referida Lei.

Inicialmente, é importante delimitar como é feito o que a Lei considera Micro e Pequena empresa:

*Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:*

*I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e*

*II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito*

Desta forma, observa-se que o faturamento da empresa CUIDAR CLIN LTDA encontra-se dentro dos limites estabelecidos pela Lei, conforme documento anexo em suas contrarrazões:





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

Página: 1

**Faturamento dos últimos 12 meses - Matriz e Filiais**

Empresa: CUIDAR CLIN LTDA  
Endereço: RUA HONORIO LOPES 30  
Bairro: CENTRO  
Cidade: RIO VERMELHO  
CNPJ: 30.153.095/0001-44  
Insc. Estadual: ISENTO  
Nat. Jurídica: 2062

Cap: 39170-000

Mês / Ano	Faturamento líquido
Novembro / 2020	6.175,00
Dezembro / 2020	11.155,00
Janeiro / 2021	6.820,00
Fevereiro / 2021	4.840,00
Março / 2021	4.775,00
Abril / 2021	5.600,00
Maio / 2021	3.425,00
Junho / 2021	12.550,00
Julho / 2021	10.175,00
Agoosto / 2021	9.000,00
Setembro / 2021	10.310,00
Outubro / 2021	13.095,00
Média do período	8.160,00
Total do período	97.920,00

  
Hederion Alberto Costa  
CPF - 659.944.686-72  
CRC - 47631

Deste modo, observa-se que não houve utilização fraudulenta do tratamento preferencial concedido pela Lei Complementar.

**1.2.3. Do descumprimento da empresa CUIDAR CLIN LTDA da previsão editalícia constante no item 7.2.2.2:**

A empresa 3S SOLUÇÕES MÉDICAS S/A alega que a empresa CUIDAR CLIN LTDA não cumpriu o disposto no item 7.2.2.2 do Edital:

**7.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

(...)







PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

*7.2.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Lei 8666/93, art. 29, II;*

Conforme descrito no Instrumento Convocatório, a inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal deverá ser apresentada somente SE HOUVER.

De acordo com os demais documentos apresentados na habilitação da empresa CUIDAR CLIN LTDA, observa-se que a mesma não possui inscrição estadual ou municipal. Em sede de diligência, realizamos pesquisa na Secretaria Estadual de Fazenda a fim de verificar a existência de Inscrição Estadual da referida empresa e o resultado foi o que segue abaixo:

consultasintegra.fazenda.mg.gov.br/consultas/ctv/SINTEGRA/SINTEGRA/CONSULTA\_707

SIARE - Sistema Integrado de Administração da Receita Estadual

SEFA

Consulta Pública ao Cadastro do Estado de Minas Gerais

A pesquisa não retornou nenhum registro.

Filtro

Tipo de identificação: Número do CNPJ

Identificação: 18.303.255/0001-99

☐ Não sou um robô

pesquisar

Estabelecimentos (Clique no nome para o detalhe)

Razão Social	CNPJ/CPF	Inscrições Estaduais	Situação Cadastral
--------------	----------	----------------------	--------------------

Ademais, o documento apresentado pela empresa na habilitação para comprovação de regularidade perante os débitos municipais, também não consta número de Inscrição Municipal:





PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

Município de Rio Vermelho - MG		
CNPJ: 18.303.255/0001-99		
SECRETARIA MUN. DE ADM. FAZENDA E PLANEJAMENTO		
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS - INSCRIÇÃO		
Exercício: 2021		
IDENTIFICAÇÃO DA CND - IMÓVEL		
Número: 0001404/2021	Emissão: 29/10/2021	Validade: 27/01/2022
Controle: A00014042021-0006498A		
IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE		
Código: 0006496	Nome: CUIDAR CLIN LTDA	
CNPJ: 30.153.095/0001-44	IE/RG:	
Endereço: nº - CENTRO, RIO VERMELHO - MG - CEP: 39170-000		
IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL		
Código: 0000670	Insc: Municipal: 670	Valor Venal: 0
Endereço: RUA HONORIO LOPES, nº 030 - 3º ANDAR - SALA CENTRO, RIO VERMELHO - MG - CEP: 39170-000		
CERTIDÃO		
Ressalvado à Fazenda Municipal o direito de pleitar a cobrança de quaisquer débitos apurados posteriormente ao fornecimento da presente, CERTIFICO, para os fins a que se destina que A INSCRIÇÃO MUNICIPAL NÃO POSSUI DÉBITO		
FINALIDADE		
ASSINATURA		
Rio Vermelho - MG, 29 de Outubro de 2021		
QUALQUER RASURA INVALIDA A CERTIDÃO		

Portanto, pelo fato da empresa CUIDAR CLIN LTDA não apresentar Inscrição Estadual ou Municipal, a pregoeira não vislumbra motivos para a sua inabilitação.

Porém, ao realizar as diligências acima citadas e ao verificar a documentação apresentada pela empresa CUIDAR CLIN LTDA para cumprimento da sua regularidade fiscal perante o Município de Rio Vermelho, a pregoeira e equipe de apoio observou que o mesmo **NÃO se trata da Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante e sim de Certidão Negativa de Débitos referente ao IMÓVEL onde a empresa encontra-se instalada.** Para confirmação dos fatos, foi realizada diligência junto ao Órgão Municipal competente responsável pela emissão do documento fiscal em questão e obtivemos a seguinte resposta:



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 18.303.255/0001-99 END.: PRAÇA NOSSA S. DA PENHA, Nº 380, RIO VERMELHO-MG, CEP: 39170-000.

MEMORANDO INTERNO

Assunto: Diligência para solicitação de esclarecimento quanto à Certidão de Débitos Municipais apresentada pela empresa CUIDAR CLIN LTDA.  
Destino: Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Rio Vermelho/MG.

Senhores,

Vimos através deste, solicitar esclarecimentos sobre o documento em anexo no sentido de constatar se o mesmo corresponde à Regularidade Fiscal prevista na Cláusula 7 do Edital do Pregão Presencial nº 048/2021 cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS EM ATENDIMENTO AO MUNICÍPIO DE RIO VERMELHO/MG, para fins de habilitação do licitante CUIDAR CLIN LTDA.

7.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

(...)

7.2.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual. Lei 8686/93, art. 29 II.

(...)

7.2.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal de domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município.

Rio Vermelho/MG, 12 de novembro de 2021

Luana Figueiredo de Araújo  
Pregoeiro






PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.


 **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO**  
CEP 39170-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS

Certidão Narrativa

O Setor de Fiscalização e Cadastro Econômico da Prefeitura Municipal de Rio Vermelho MG, certifica o pedido de parte interessada que a Certidão Negativa emitida em 29/10/2021 em nome da Empresa Cuidar Clin Ltda, foi emitida de acordo com a Inscrição Municipal 670 do cadastro Econômico Municipal. A qual não possui débitos Municipais.

Para seu documento,

Firma a presente:

  
Rio Vermelho, 18 de novembro de 2021.

CEP: 39170-000  
CNPJ: 18.303.255/0001-99  
Inscrição Municipal: 670  
Rio Vermelho, 18 de novembro de 2021.

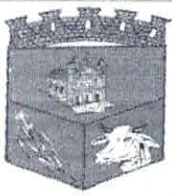
Logo, a empresa CUIDAR CLIN não cumpriu com o exigido no Instrumento Convocatório:

## 7.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

(...)

**7.2.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante**, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município;

Portanto, considerando que a Administração pode rever os seus atos a qualquer momento, **somos pela INABILITAÇÃO DA EMPRESA CUIDAR CLIN**



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERMELHO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

Folha  
nº.

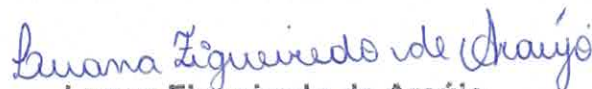
CNPJ: 18.303.255/0001-99 End.: Praça Nossa Senhora da Pena, nº 380, Rio de Vermelho-MG – CEP: 39.170-000.

**LTDA** por **NÃO** apresentar a Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante.

**DISPOSITIVO**

Diante de todo o exposto, pelas razões de fato e de direito aduzidas conclui-se pela **INABILITAÇÃO** da empresa **CUIDAR CLIN LTDA** no pregão em comento, apenas pelo fato de deixar de apresentar a Regularidade para com a Fazenda Municipal de seu domicílio, conforme diligência realizada comprovada pela documentação em anexo.

Rio Vermelho/MG, 23 de novembro de 2021.

  
**Luana Figueiredo de Araújo**  
Pregoeira

De acordo:

  
**Átila Carvalhais Simões**  
Procurador do Município

  
**Marcus Vinicius Dayrell de Oliveira**  
Prefeito Municipal